



# ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

## CONCURSO PÚBLICO

## FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

## CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

# TARDE

Aplicação: 7/5/2006

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém sessenta questões, correspondentes à prova objetiva de conhecimentos especializados, corretamente ordenadas de 41 a 100.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada questão, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### AGENDA

- I **9/5/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/sgaac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/sgaac2006).
- II **10 e 11/5/2006** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/sgaac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/sgaac2006), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **14/6/2006** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial do Estado do Acre e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/sgaac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/sgaac2006).

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – SGA/AC, de 1.º/3/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/sgaac2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/sgaac2006)
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

QUESTÃO	RESPOSTA
41	A B C D
42	A B C D
43	A B C D
44	A B C D
45	A B C D
46	A B C D
47	A B C D
48	A B C D
49	A B C D
50	A B C D
51	A B C D
52	A B C D
53	A B C D
54	A B C D
55	A B C D

QUESTÃO	RESPOSTA
56	A B C D
57	A B C D
58	A B C D
59	A B C D
60	A B C D
61	A B C D
62	A B C D
63	A B C D
64	A B C D
65	A B C D
66	A B C D
67	A B C D
68	A B C D
69	A B C D
70	A B C D

QUESTÃO	RESPOSTA
71	A B C D
72	A B C D
73	A B C D
74	A B C D
75	A B C D
76	A B C D
77	A B C D
78	A B C D
79	A B C D
80	A B C D
81	A B C D
82	A B C D
83	A B C D
84	A B C D
85	A B C D

QUESTÃO	RESPOSTA
86	A B C D
87	A B C D
88	A B C D
89	A B C D
90	A B C D
91	A B C D
92	A B C D
93	A B C D
94	A B C D
95	A B C D
96	A B C D
97	A B C D
98	A B C D
99	A B C D
100	A B C D

Nas questões de 41 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use, caso deseje, o rascunho acima e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## CONTABILIDADE GERAL E AUDITORIA

A normatização da Contabilidade é essencial para assegurar as finalidades de um sistema de informações e a comunicação com os seus usuários. Nesse sentido, nas questões de 41 a 43, considere os diversos conjuntos de normas aplicáveis a cada caso.

### QUESTÃO 41

Quanto à aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade, é correto afirmar que,

- A segundo a oportunidade, uma transação só deve ser registrada quando seu valor for conhecido e determinado.
- B de acordo com o registro pelo valor original, os componentes patrimoniais expressos em moeda estrangeira devem permanecer escriturados à taxa cambial da data de sua incorporação.
- C nos termos da atualização monetária, as empresas são obrigadas a manter registros pelos valores corrigidos, independentemente da vedação aplicável à contabilidade financeira.
- D pela competência, a geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros é considerada como receita realizada.

### QUESTÃO 42

Quanto à apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estabeleceu que

- A as práticas reconhecidas apenas pelos órgãos reguladores não estão abrangidas no contexto das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- B um conjunto completo de demonstrações contábeis inclui demonstração dos fluxos de caixa ou, alternativamente, das origens e aplicações de recursos, enquanto requerida pela legislação societária.
- C a informação deve ser mantida sob reserva caso haja dúvida substancial sobre a capacidade de a entidade manter-se em situação de continuidade operacional.
- D exigência específica de divulgação contida em uma norma deve ser adotada mesmo que a informação seja imaterial.

### QUESTÃO 43

Ainda acerca do conjunto de normas aplicáveis, a legislação societária estabelece como norma contábil que

- A o agrupamento dos pequenos saldos, até 10% do valor do respectivo grupo, deve ser demonstrado sob a denominação genérica de outras contas.
- B as disposições de legislação especial aplicável a um determinado tipo de atividade devem ser demonstradas nos registros principais, fazendo-se menção, em nota explicativa, às diferenças em relação à legislação mercantil de caráter geral.
- C a responsabilidade pelas demonstrações contábeis deve ser tanto dos administradores como do contador ou técnico de contabilidade.
- D as demonstrações financeiras só devem registrar a destinação dos lucros depois de aprovada a proposta dos órgãos da administração.



**QUESTÃO 48**

Os custos são classificados segundo diferentes critérios. Acerca desses critérios, assinale a opção correta.

- A Os custos-padrão são mais aconselhados para o controle de operações não-repetitivas, em que é irrelevante o conhecimento das atividades realizadas.
- B Os custos do período são facilmente ligados aos produtos e, por isso, devem ser inventariados.
- C Quando comparadas duas alternativas de produção, alguns itens são iguais em ambas e outros, diferentes; os primeiros, então, são considerados não-relevantes em face da decisão a ser adotada.
- D Um custo considerado fixo em seu total, quando relacionado à variação do volume de produção, é variável quando relacionado à quantidade de unidades produzidas.

**QUESTÃO 49**

Considere os seguintes saldos de uma unidade industrial:

	(em R\$)
custo da produção	250.000
estoque inicial de produtos acabados	50.000
estoque final de produtos acabados	70.000
estoque inicial de produtos em elaboração	25.000
estoque final de produtos em elaboração	45.000

A propósito da apuração dos custos dessa unidade industrial, é correto afirmar que o custo

- A dos produtos elaborados é de R\$ 270.000,00.
- B dos produtos vendidos é de R\$ 210.000,00.
- C de fabricação é de R\$ 230.000,00.
- D dos produtos disponíveis é de R\$ 115.000,00.

**QUESTÃO 50**

Existem diversos sistemas de acumulação de custos e critérios de custeio. A propósito desse assunto, assinale a opção correta.

- A A finalidade principal do critério do custo direto é a determinação da contribuição marginal total ou unitária de cada objeto de custeio.
- B O critério do custo por absorção não é aceito pelo Fisco, pois antecipa a apropriação como despesas de custos relativos à produção.
- C O critério do custo ABC tem como pressuposto que os produtos fabricados consomem os recursos disponíveis, e esses produtos são associados às operações.
- D No sistema de produção em série, os produtos são específicos e perfeitamente identificados.

**QUESTÃO 51**

Para determinar a quantidade a ser produzida no ponto de equilíbrio, considere a hipótese de um bem cujo preço unitário de venda é R\$ 60,00 e o custo unitário variável, R\$ 20,00, sendo o custo fixo de R\$ 120.000,00. Considere também que o lucro desejado seja de R\$ 20.000,00. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A margem de contribuição unitária é de R\$ 120.000,00.
- B Para não haver lucro nem prejuízo, deverão ser produzidas e vendidas 2.000 unidades.
- C A receita total no ponto de equilíbrio é de R\$ 210.000,00.
- D Para que seja alcançado o lucro desejado, deverão ser produzidas e vendidas 3.500 unidades.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 52****RASCUNHO**

No estudo do ponto de equilíbrio, é relevante analisar a margem de segurança. Considerando que uma indústria tenha uma capacidade instalada para a produção de 2.500 unidades de determinado produto, que o ponto de equilíbrio corresponda a 2.000 unidades e que a margem de contribuição unitária seja de R\$ 100,00, assinale a opção correta.

- A A margem de segurança da empresa é de 25% de sua capacidade de produção.
- B A empresa apresenta uma margem de segurança de R\$ 25,00 por unidade.
- C A margem de segurança, em termos relativos, é de 20%.
- D A empresa pode ter um lucro total de R\$ 250.000,00 se utilizar toda a sua capacidade instalada.

**QUESTÃO 53**

Assinale a opção correta a respeito dos testes de auditoria.

- A Os testes de observância dividem-se em testes de transações e saldos, e em procedimentos de revisão analítica.
- B Os testes conclusivos visam obter a certeza de que os dados e informações contábeis são verdadeiros e estão corretos.
- C Os testes constituem o conjunto de procedimentos e técnicas que o auditor deve adotar de comum acordo com a entidade auditada.
- D Os testes substantivos evidenciam a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade auditada.

**QUESTÃO 54**

Com referência às normas de auditoria independente das demonstrações contábeis, assinale a opção correta.

- A O parecer limpo, sem ressalvas, do auditor independente não assegura ao investidor o retorno esperado ou desejado das suas aplicações, nem é um atestado de boa conduta para o Fisco.
- B Fraudes, por revelarem intencionalidade, não devem ser comunicadas à administração da entidade, mas somente às autoridades responsáveis.
- C A análise dos riscos de auditoria só pode ser feita na fase de execução dos trabalhos, em razão da imprevisibilidade dos achados durante a realização da auditoria.
- D O sistema contábil e os controles internos são de responsabilidade conjunta da administração, dos consultores e dos auditores internos e externos da entidade; estes últimos devem sancionar os procedimentos que forem colocados em prática.

**QUESTÃO 55**

Quanto aos papéis de trabalho, assinale a opção correta.

- A Ao avaliar a sua extensão, o auditor não deve levar em conta o que seria necessário para proporcionar a outro auditor, sem experiência anterior com aquela auditoria, o entendimento do trabalho executado e a base para as principais decisões tomadas.
- B São elaborados, estruturados e organizados para atender às circunstâncias do trabalho e satisfazer às necessidades do auditor para qualquer auditoria que realize.
- C Os padronizados podem melhorar a eficácia dos trabalhos, e sua utilização facilita a delegação de tarefas, proporcionando meio adicional de controle de qualidade.
- D O auditor não deve fundamentar-se nos documentos fornecidos e nas demonstrações preparadas pela entidade, mas obtê-los e elaborá-los por meios próprios.

# DIREITO TRIBUTÁRIO

## QUESTÃO 56

A Constituição Federal atribui competências tributárias aos estados e cria limites a essas mesmas competências. Entre esses limites, encontram-se os princípios tributários e as imunidades. Acerca dessa competência dos estados, assinale a opção **incorreta**.

- A) Aos estados é permitida a cobrança de tributos, como impostos e contribuição destinada ao custeio de iluminação pública.
- B) Os estados podem instituir contribuição social para custeio do plano de benefícios dos servidores públicos, porém não podem instituir empréstimos compulsórios.
- C) Os estados podem instituir taxas, porém não lhes é permitido instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.
- D) Aos estados é permitida a instituição de contribuições de melhoria.

## QUESTÃO 57

Consoante o princípio da legalidade, os tributos somente podem ser criados ou majorados por meio de lei. Assinale a opção que apresenta um imposto que, de acordo com a Constituição, pode ter sua alíquota alterada por ato do Poder Executivo.

- A) imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)
- B) imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza (ISSQN)
- C) imposto sobre a renda e proventos (IR)
- D) imposto sobre produtos industrializados (IPI)

## QUESTÃO 58

A autonomia do direito tributário está formalmente estabelecida na Constituição. O dispositivo do texto constitucional em que está expressamente presente a existência do direito tributário como ramo do direito e não apenas como um conjunto de normas do sistema tributário nacional é o capítulo

- A) do sistema tributário nacional.
- B) das competências do Poder Legislativo.
- C) que trata de orçamento público.
- D) da organização político-administrativa do Estado.

## QUESTÃO 59

A Emenda Constitucional n.º 42 tornou aplicável a alguns impostos a regra que limitava o início da cobrança de elevação de tributo a 90 dias após a publicação da lei que determine tal majoração. Um imposto ao qual se aplica a exigência do citado prazo de 90 dias é o

- A) imposto de renda (IR).
- B) imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- C) imposto sobre a importação (II).
- D) imposto operações financeiras (IOF).

## QUESTÃO 60

Os tributos carregam consigo uma ou mais funções dentro da economia política. Em regra, uma função prepondera sobre outra. Assinale a opção que apresenta corretamente um tributo e a sua respectiva função preponderante.

- A) imposto de renda – função parafiscal
- B) contribuição previdenciária dos empregados – função fiscal
- C) imposto sobre produtos industrializados – função extrafiscal
- D) imposto sobre a exportação – função extrafiscal

## QUESTÃO 61

Na competência residual da União, estão compreendidas as

- A) taxas e os impostos.
- B) taxas e os empréstimos compulsórios.
- C) contribuições sociais e as contribuições de melhoria.
- D) contribuições sociais e os impostos.

## QUESTÃO 62

Em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), as competências do estado **não** compreendem

- A) tributar o transporte intermunicipal de pessoas.
- B) tributar o transporte intermunicipal de mercadorias.
- C) tributar o transporte intramunicipal de mercadorias.
- D) tributar o consumo de energia elétrica.

## QUESTÃO 63

Acerca do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), assinale a opção **incorreta**.

- A) Cabe ao Senado Federal estabelecer suas alíquotas máximas.
- B) Cabe ao Senado Federal estabelecer suas alíquotas mínimas.
- C) Pode ter suas alíquotas diferenciadas em razão do tipo de veículo.
- D) Pode ter suas alíquotas diferenciadas em razão da utilização do veículo.

## QUESTÃO 64

O imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) é objeto de regras constitucionais que limitam a atuação dos estados em seu poder de cobrança. Entre as opções abaixo, assinale aquela que **não** corresponde a uma disposição constitucional sobre o ITCMD.

- A) Em caso de doação feita em Rondônia de imóvel localizado no Acre, o imposto competirá ao estado do Acre.
- B) Em caso de inventário realizado no Amapá, relativamente a títulos de crédito mantidos pelo *de cuius* em agência bancária no Acre, o imposto competirá ao estado do Acre.
- C) Se o doador tiver domicílio no exterior, a definição do estado ao qual competirá o imposto é matéria de lei complementar.
- D) Cabe ao Senado Federal fixar as alíquotas máximas do ITCMD.

**QUESTÃO 65**

Considere hipoteticamente que determinado cidadão brasileiro aqui domiciliado adentre no território nacional com um microcomputador adquirido no exterior. Assinale a opção que se aplica a essa situação hipotética no que se refere ao ICMS.

- A O cidadão terá de pagar ICMS somente pelo fato de ter entrado com bem de pessoa física, pois, se provar que o bem destina-se a sua empresa, não terá de pagar o referido imposto.
- B O cidadão não terá de pagar ICMS por não ser contribuinte habitual do imposto.
- C O cidadão terá de pagar o ICMS, a menos que a finalidade seja a de doação a entidade filantrópica.
- D O cidadão terá de pagar o ICMS, simplesmente pelo fato de ter entrado no território nacional importando bem do exterior.

**QUESTÃO 66**

Em relação ao significado e à abrangência da expressão legislação tributária, assinale a opção que **não** contém instrumento obrigatoriamente compreendido no conceito de legislação tributária.

- A Tratado internacional que trate, ainda que em parte, de tributos.
- B Qualquer lei que trate, ainda que em parte, das relações jurídicas pertinentes a tributos.
- C Qualquer convenção internacional que trate de anistia no sentido amplo, relativas a multas devidas ao Estado.
- D Qualquer convenção internacional que trate sobre relações jurídicas pertinentes a tributos.

**QUESTÃO 67**

João e José, proprietários, respectivamente, dos imóveis A e B, decidiram fazer entre si um contrato de permuta, sob determinada condição resolutiva.

Assinale a opção que se aplica a essa situação hipotética, no que diz respeito ao recolhimento do ITCMD.

- A Sendo resolutiva a condição, João e José devem pagar o ITCMD desde o momento da celebração do negócio.
- B Sendo resolutiva a condição, João e José devem pagar o ITCMD somente após o implemento da condição.
- C Não há dever de pagar ITCMD na hipótese em consideração.
- D No caso em exame, a condição em nada afeta o dever de pagar o ITCMD.

**QUESTÃO 68**

Se a Secretaria da Fazenda do Acre se recusar a receber de um contribuinte o pagamento de um tributo, ele tem à sua disposição a consignação em pagamento. Entretanto, existem casos em que não se admite a consignação. Um exemplo disso se dá no caso em que a Secretaria de Fazenda condicione o recebimento ao pagamento de

- A multa tributária.
- B obrigação acessória.
- C outro imposto.
- D uma taxa, ainda que devida.

**QUESTÃO 69**

Ao dever que o contribuinte acreano tem de pagar tributos corresponde, do lado da administração pública, o dever da Secretaria de Fazenda estadual de restituir tributos indevidamente pagos. A respeito do dever estatal em matéria de restituição de tributos, assinale a opção **incorreta**.

- A Havendo o dever de restituir tributo pago indevidamente, a Secretaria da Fazenda deve, também, restituir, na mesma proporção, os juros de mora correspondentes.
- B Havendo o dever de restituir tributo pago indevidamente, a Secretaria da Fazenda deve, também, restituir, na mesma proporção, as multas pecuniárias correspondentes ao tributo indevidamente pago.
- C Além do valor principal do tributo, devem também ser restituídas as multas decorrentes de infrações formais sobre o mesmo tributo, mesmo que não vinculadas à obrigação principal.
- D Além do dever de restituir os juros indevidamente recebidos, a Secretaria da Fazenda também deverá pagar juros a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que determinar o dever de restituição.

**QUESTÃO 70**

Diante de algumas situações especiais, pode ocorrer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de certo tributo. **Não** há previsão legal para tal suspensão caso

- A a União decreta a moratória específica para todas as obrigações tributárias dos contribuintes perante todos os estados e o Distrito Federal.
- B o contribuinte deposite integralmente o montante da dívida.
- C o Poder Judiciário conceda tutela antecipada em processo de conhecimento.
- D o Poder Judiciário conceda medida liminar em mandado de segurança.

**QUESTÃO 71**

O poder de fiscalizar tributos é regido por normas que determinam deveres do contribuinte, tanto de fazer como de deixar de fazer. **Não** é dever do contribuinte

- A submeter-se à fiscalização tributária, mesmo quando isento em caráter pessoal.
- B conservar os livros obrigatórios de escrituração comercial até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- C conservar os livros obrigatórios de escrituração fiscal até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- D conservar os comprovantes dos lançamentos efetuados nos livros obrigatórios de escrituração comercial.

#### QUESTÃO 72

Esgotado o prazo de pagamento de um tributo sem a devida prestação, deve o respectivo crédito ser inscrito na dívida ativa. Assinale a opção que **não** corresponde a um elemento essencial do termo de inscrição na dívida ativa.

- A autenticação obrigatória pela autoridade competente
- B menção ao processo judicial de execução da respectiva dívida
- C indicação da maneira de calcular os juros de mora acrescidos
- D identificação da folha e do livro de inscrição

#### QUESTÃO 73

Não configura crime contra a ordem tributária praticado por funcionário público

- A extraviar livro oficial de que tenha a guarda em razão da função.
- B solicitar para outrem indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida.
- C divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à fazenda pública.
- D patrocinar diretamente interesse privado perante a administração fazendária valendo-se da qualidade de funcionário público.

#### QUESTÃO 74

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma administração não será considerada responsável do ponto de vista da receita, quando

- A não arrecadar os montantes que estavam previstos no orçamento.
- B não instituir todos os impostos de sua competência.
- C não aplicar as receitas nas finalidades a que se destinam.
- D não inscrever os créditos vencidos em dívida ativa.

#### QUESTÃO 75

No conceito de responsabilidade fiscal, está a limitação à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Para tanto, conforme a LRF, qualquer medida dessa natureza deve cumprir determinados requisitos, os quais incluem

- I o acompanhamento de medidas de compensação, no orçamento do exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, ou da demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetar as metas de resultados fiscais.
- II a elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois exercícios seguintes.
- III a aprovação da concessão antes da aprovação da lei de diretrizes orçamentárias relativas ao exercício em que vá ter início o benefício.

Assinale a opção correta.

- A Estão certos apenas os itens I e II.
- B Estão certos apenas os itens I e III.
- C Estão certos apenas os itens II e III.
- D Todos os itens estão certos.

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### QUESTÃO 76

Assinale a opção que apresenta uma situação sobre a qual **não** incide imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

- A Operação de arrendamento mercantil.
- B Serviço de transporte de carga para dentro do estado do Acre, cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- C Entrada no território do estado do Acre de mercadoria sujeita ao regime de pagamento antecipado do imposto, proveniente de outra unidade federada.
- D Entrada no território do estado do Acre de mercadoria a ser comercializada sem destinatário certo, proveniente de outra unidade federada.

#### QUESTÃO 77

Com relação às operações de circulação de mercadorias, incide o ICMS sobre

- A operação que destine lubrificantes a outra unidade federada, para industrialização.
- B operação com ouro, quando definido em lei como instrumento cambial.
- C operação com periódicos e livros.
- D operação de fornecimento de alimentação e bebidas em qualquer estabelecimento, incluídos os serviços prestados.

#### QUESTÃO 78

Na hipótese de o chefe do Poder Executivo do estado do Acre editar um decreto que estabeleça uma isenção do ICMS não prevista em qualquer convênio celebrado entre as unidades da Federação, surgirão automáticas conseqüências jurídicas. Essas conseqüências **não** incluem a

- A anulabilidade do decreto.
- B ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria e beneficiado com o decreto.
- C exigibilidade de eventual imposto não pago em razão do decreto.
- D exigibilidade de eventual imposto devolvido em razão do decreto.

#### QUESTÃO 79

Assinale a opção **incorreta** relativamente às normas incidentes sobre o diferimento do ICMS.

- A Não se aplica o diferimento nas vendas efetuadas pelo produtor diretamente a consumidor final.
- B Somente ocorre diferimento quando for determinada a transferência do pagamento do ICMS para a etapa ou etapas posteriores de sua circulação ou execução.
- C Em regra, no diferimento, o recolhimento do imposto fica a cargo do contribuinte destinatário.
- D Não se aplica o diferimento nas vendas efetuadas pelo produtor a outros estados.



**QUESTÃO 80**

O fenômeno da suspensão ocorre quando a incidência do imposto fica condicionada a evento futuro, na forma estabelecida em convênio celebrado nos termos da legislação federal. As hipóteses de suspensão da incidência do ICMS não **incluem** a saída de

- Ⓐ mercadorias remetidas por estabelecimentos de cooperativa de produtores para estabelecimento no estado do Acre, pertencente a uma cooperativa central de que a cooperativa remetente faça parte.
- Ⓑ mercadorias para fins de exportação mediada por empresas comerciais exportadoras.
- Ⓒ mercadorias com destino a exposição, para fins de comercialização, dentro do estado.
- Ⓓ obra de arte, quando destinada a demonstração e exportação, desde que retorne ao estabelecimento de origem no prazo legal.

**QUESTÃO 81**

Não há, na condição de substituição tributária, responsabilidade tributária

- Ⓐ da cooperativa, pelo pagamento do imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações antecedentes.
- Ⓑ do engarrafador, pelo pagamento do imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações subseqüentes.
- Ⓒ do depositário a qualquer título, em relação à mercadoria depositada por não-contribuinte.
- Ⓓ de órgãos e entidades da administração pública, em relação ao imposto devido na aquisição de mercadorias e serviços.

**QUESTÃO 82**

Relativamente às alíquotas aplicáveis ao ICMS no Acre, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A alíquota interna deve ser aplicada quando da entrada de mercadoria importada e apreendida.
- Ⓑ Aplica-se a alíquota interestadual nas operações de prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outra unidade da Federação quando o destinatário for contribuinte do imposto.
- Ⓒ A alíquota interna é aplicada nas operações de prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outra unidade da Federação quando o destinatário não for contribuinte do imposto.
- Ⓓ Aplica-se a alíquota interestadual na arrematação de mercadorias e bens apreendidos.

**QUESTÃO 83**

A base de cálculo do ICMS assume diferentes contornos, de acordo com a operação tributável. Quando a operação consistir na importação de mercadorias, a base de cálculo vai além do valor dessas mercadorias, pois acrescentam-se outros componentes em sua formação. Nesse sentido, os componentes acrescidos à base de cálculo no caso de importação de mercadorias **não** incluem o valor pago ou devido a título de

- Ⓐ imposto de importação.
- Ⓑ serviços de despachante aduaneiro.
- Ⓒ imposto sobre produtos industrializados.
- Ⓓ imposto sobre operações de câmbio.

**QUESTÃO 84**

Por regra, o contribuinte do ICMS é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize operações, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. A lei, todavia, atribui a certas pessoas a condição de contribuinte do ICMS, mesmo que não realizem operações com habitualidade. **Não** é reconhecido como contribuinte não-habitual do ICMS alguém que

- Ⓐ importe um bem do exterior destinado ao seu uso.
- Ⓑ seja destinatário de serviço prestado no exterior.
- Ⓒ adquira em licitação pública bem móvel público inservível.
- Ⓓ adquira energia elétrica oriunda de outra unidade federada, quando não destinada à comercialização.

**QUESTÃO 85**

Para efeitos da legislação tributária do estado do Acre sobre o ICMS, a definição do estabelecimento é matéria essencial, pois nele ocorre o fato gerador, ainda que presumido, da obrigação tributária. Relativamente às normas sobre a definição de estabelecimento para efeitos de ICMS, assinale a opção que apresenta afirmativa que **não** tem amparo na legislação.

- Ⓐ O conceito de estabelecimento pode referir-se a local privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro.
- Ⓑ O conceito de estabelecimento limita-se aos locais em que as pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter permanente.
- Ⓒ Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido encontrada a mercadoria.
- Ⓓ O conceito de estabelecimento autônomo compreende o veículo empregado no comércio ambulante.

**QUESTÃO 86**

O sistema de não-cumulatividade evita que sobre um mesmo valor adicionado seja pago o ICMS em duplicidade. Consoante as normas aplicáveis do estado do Acre, assinale a opção correta no que se refere à não-cumulatividade.

- Ⓐ A não-cumulatividade abrange o ICMS relativo a operações com mercadorias, não se aplicando às prestações de serviço.
- Ⓑ O direito de compensar se restringe aos montantes cobrados nas operações anteriores pelo estado do Acre.
- Ⓒ Nas aquisições interestaduais de mercadorias, não terá eficácia o crédito sobre o qual for concedido benefício fiscal pela unidade da Federação remetente.
- Ⓓ Nas aquisições interestaduais de mercadorias, a compensação somente terá eficácia se, sobre o crédito, for concedido incentivo fiscal pela unidade da Federação remetente.

### QUESTÃO 87

É dever de todo contribuinte do ICMS do estado do Acre inscrever-se no cadastro fiscal desse estado. Relativamente às normas aplicáveis a essa inscrição, assinale a opção que **não** tem amparo na legislação aplicável.

- A O dever de inscrição abrange os contribuintes e os substitutos tributários, excetuados aqueles substitutos estabelecidos em outras unidades federadas.
- B A inscrição, em regra, ocorre a partir de requerimento do interessado.
- C No caso de omissão do contribuinte, a autoridade fiscal pode promover a inscrição de ofício.
- D Quando o contribuinte, por ocasião da inscrição, não puder apresentar a documentação exigida em lei ou regulamento, sua inscrição deve ser efetuada em caráter condicional, pelo prazo de até 24 meses.

### QUESTÃO 88

Para efeito de legislação tributária do ICMS, as pessoas jurídicas obrigadas à inscrição devem manter, em cada um dos estabelecimentos, os livros fiscais, de conformidade com as operações que realizarem. Os livros fiscais obrigatórios nos termos de legislação do ICMS do estado do Acre **não** incluem

- A livro de registro de controle da produção e do estoque.
- B livro de registro de impressão de documentos fiscais.
- C livro de registro de apuração do IPI.
- D livro diário.

### QUESTÃO 89

A herança é fato compreendido entre as hipóteses de incidência do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), que ocorre com a cessão de direitos à herança. Todavia, a legislação acreana relativa a esse imposto não considera ocorrido o fato gerador do ITCMD na transferência de direito na renúncia à herança ou legado, desde que essa transferência se efetive dentro de certas circunstâncias. Em face dessas circunstâncias, configura hipótese de incidência do ITCMD o caso de

- A renúncia feita sem ressalva.
- B renúncia feita em benefício de outro herdeiro especificado.
- C renúncia efetivada dentro de 60 dias contados da data do falecimento do *de cuius*.
- D omissão do herdeiro ou legatário no que se refere à prática, dentro de 60 dias contados da data do falecimento do *de cuius*, de qualquer ato que demonstre intenção de aceitar a herança ou legado.

### QUESTÃO 90

Sendo o imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) um imposto sobre a propriedade patrimonial, seu fato gerador corresponde a uma situação presumida legalmente, já que, em regra, não ocorre fato, no sentido real, na mera manutenção de uma propriedade. Assim sendo, o direito presume a ocorrência do fato gerador. Os casos de presunção legal de ocorrência de fato gerador do IPVA **não** incluem o

- A momento da aquisição de veículo novo por consumidor final.
- B arremate em leilão, por consumidor final.
- C primeiro dia de cada ano, em relação a veículo adquirido em anos anteriores.
- D momento do desembaraço aduaneiro de veículo adquirido do exterior por concessionária para revenda.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### QUESTÃO 91

A especialização inerente à separação entre os poderes é, meramente relativa. Consiste em uma predominância no desempenho desta ou daquela função. Cada poder, em caráter secundário, colabora no desempenho de outras funções, pratica atos teoricamente fora de sua esfera.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 134-5 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca das funções atípicas dos poderes do Estado.

- A Cabe à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação, extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a fixação da respectiva remuneração.
- B Compete à Câmara dos Deputados, sob a presidência do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), julgar os ministros do próprio STF, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União nos crimes de responsabilidade.
- C Compete ao presidente da República, nos casos de relevância e urgência, editar medidas provisórias, em matéria reservada à lei complementar.
- D Compete aos tribunais elaborar o seu regimento interno.

### QUESTÃO 92

No que se refere às formas de Estado e formas e sistema de governo, assinale a opção correta.

- A Estado unitário é aquele em que não ocorre a chamada descentralização administrativa à mercê do poder central.
- B A federação é uma forma de governo em que o sistema federativo é intocável, sendo que os estados-membros possuem o poder de se auto-organizarem.
- C Para Aristóteles, a democracia é uma forma de governo, entendida como o governo de todos; mas para Maquiavel são formas de governo a República e a monarquia.
- D O parlamentarismo e o presidencialismo são formas de governo previstas no texto constitucional.

### QUESTÃO 93

No que se refere à teoria geral da Constituição, assinale a opção correta.

- A A Constituição brasileira é definida pela doutrina como semi-rígida, dogmática, democrática, escrita e formal.
- B Constituição dogmática é elaborada por um órgão constituinte, que tem por função sistematizar os dogmas ou idéias fundamentais da teoria política e do direito dominante.
- C Para a doutrina mais moderna, a Constituição é vista como uma folha de papel e não como uma norma jurídica com força normativa.
- D Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que não podem ser aplicadas de imediato, sem a necessidade de um ato legislativo regulamentar.

**QUESTÃO 94**

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, deverão produzir eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- Ⓑ O governador do Distrito Federal tem competência expressa no texto constitucional para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade de lei federal perante o STF.
- Ⓒ Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao STF, que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- Ⓓ Todo partido político pode ingressar com ação direta de inconstitucionalidade.

**QUESTÃO 95**

Com relação aos princípios fundamentais da Constituição, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ A indissolubilidade da Federação brasileira impede que os estados venham a se incorporar a outros estados.
- Ⓑ A concessão de asilo político, tido como um princípio da República Federativa do Brasil nas suas relações externas, é vedada na hipótese de crime comum.
- Ⓒ A democracia indireta, nos termos da Constituição brasileira, não possibilita que a aprovação de projetos de lei se faça por meio das comissões do Congresso Nacional, ou de suas casas.
- Ⓓ A erradicação da pobreza e a da marginalização são tidas como normas de eficácia plena por grande parte da doutrina e da jurisprudência.

**QUESTÃO 96**

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ O direito de resposta proporcional ao agravo nos casos de danos moral e patrimonial não é assegurado de forma cumulativa.
- Ⓑ A invocação de crença religiosa pode eximir o cumprimento de uma obrigação legal a todos imposta independentemente de se cumprir uma prestação alternativa, não sendo cabível em qualquer hipótese a perda dos direitos políticos.
- Ⓒ A casa é o asilo inviolável do indivíduo. No entanto, a Constituição possibilita a invasão da casa, se ocorrer durante o dia, por ordem de comissão parlamentar de inquérito, já que esta exerce os mesmos poderes dos juízes.
- Ⓓ O mandado de segurança é o meio processual adequado para a proteção de direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública.

**QUESTÃO 97**

Com relação à organização do Estado brasileiro, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Em matéria de licitação, cabe à União legislar sobre normas gerais, podendo os estados, o Distrito Federal e os municípios legislarem sobre questões específicas.
- Ⓑ A iniciativa popular de projeto de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros exige a manifestação de, pelo menos, 5% do eleitorado.
- Ⓒ Os territórios não integram a Federação brasileira, mas podem ter câmaras territoriais, cabendo à lei federal dispor sobre a sua competência deliberativa.
- Ⓓ A recusa de um estado da Federação em cumprir o que prescreve uma lei federal pode justificar uma intervenção da União no estado, por meio de representação do procurador-geral da República perante o Superior Tribunal de Justiça.

**QUESTÃO 98**

No que se refere à organização dos poderes, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O procurador-geral da República terá mandato de 2 anos, não podendo ser destituído nesse período.
- Ⓑ O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante do Poder Judiciário.
- Ⓒ Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- Ⓓ Compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.

**QUESTÃO 99**

Acerca das finanças públicas, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A fiscalização financeira da administração pública direta e indireta é matéria reservada à lei complementar.
- Ⓑ O plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- Ⓒ As emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual não terão cabimento quando incidirem sobre serviço da dívida.
- Ⓓ É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

**QUESTÃO 100**

Acerca da ordem econômica e financeira, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ As empresas públicas e sociedades de economia mista, exploradoras de atividade econômica, submetem-se à licitação na contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública e o respectivo estatuto jurídico instituído por lei.
- Ⓑ Não constitui monopólio da União a produção, comercialização e utilização de radioisótopos, os quais poderão ser autorizados sob regime de permissão.
- Ⓒ As jazidas, em lavra ou não, demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- Ⓓ A redução das desigualdades regionais e sociais não é um princípio geral da atividade econômica.

